CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



À época Ministro da Fazenda, FHC foi responsável pelo Real

Casal é indiciado por filmar ex-presidente FHC em apartamento

A divulgação de vídeos gravados no apartamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso levou ao indiciamento do influenciador Wesley Oliveira e do marido dele, Lessandro Gonçalves, nesta quarta-feira (11). Os dois prestaram depoimento no 4º Distrito Policial, na Consolação, região central de São Paulo, e foram liberados. Os vídeos publicados por Wesley mostram cômodos do imóvel, em Higienópolis, e o ex-presidente sentado em uma poltrona. A Justiça proibiu os investigados de se aproximarem do prédio e de divulgarem informações sobre a vida privada de FHC. Dois celulares foram apreendidos durante buscas na casa dos indiciados. O indiciamento inclui difamação e discriminação de pessoa idosa. O influenciador afirma que recebeu autorização de Patrícia Kundrát, mulher de Fernando Henrique, para filmar. Ela registrou B.O. e disse que só havia autorizado a entrada.

Nunes cita pausa no Wi-Fi grátis por 90 dias

Cerca de 3.200 pontos de Wi-Fi gratuito devem ficar fora do ar por 90 dias em São Paulo, segundo estimativa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) divulgada nesta quarta-feira (11). A interrupção afeta principalmente bairros da periferia e ocorre após a Prefeitura rescindir o contrato com o Instituto Conhecer Brasil. O município planeja abrir nova licitação para contratar outra operadora. A Polícia Federal investiga uma possível ligação do instituto com o financiamento de um filme sobre Jair Bolsonaro.

PREFEITURA DE SÃO PAULO



A prefeitura quer manter o serviço gratuito na cidade

Vereadores criticam filmagem no imóvel de FHC

Os vereadores João Jorge (MDB) e Janaina Paschoal (PP) criticaram, na sessão de terça-feira (10) da Câmara de São Paulo, a divulgação de vídeos feitos no apartamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O homem que entrou no imóvel por intermédio do companheiro, amigo da família, gravou FHC e mostrou cômodos do apartamento. O caso chegou às redes. João Jorge afirmou que a família não autorizou a filmagem. Janaina, que presidiu a sessão, defendeu o respeito à privacidade da pessoa filmada.

Vereadores questionam contrato de Wi-Fi

O rompimento do contrato de Wi-Fi gratuito entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil também foi discutido em plenário. Silvia da Bancada Feminista (PSOL) afirmou que parte dos pontos previstos não foi instalada e cobrou esclarecimentos sobre os gastos do contrato. Alessandro Guedes (PT) defendeu que a próxima prestadora cumpra a lei que prevê a oferta do serviço nas periferias.

Nunes vai ouvir vice

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que vai chamar o vice, coronel Mello Araújo (PL), para conversar e pedir mais cautela ao divulgar denúncias. Nunes também disse que a Prefeitura vai apurar os relatos de supostos desvios na área de esportes. O vice-prefeito havia pedido investigação sobre contratos da Virada Esportiva.

Fusão CPTM e Metrô

O governo Tarcísio de Freitas avalia reunir o Metrô de São Paulo e a CPTM em uma só estatal, segundo o site Metrô CPTM. A possível fusão faz parte de uma discussão sobre a distribuição de atribuições entre secretarias do governo paulista. A reorganização em estudo pode mudar a estrutura da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Poda volta ao debate

A Câmara de São Paulo retoma o debate sobre o PL 775/2026, da Prefeitura, que muda a forma de avisar a população sobre podas e remoções de árvores da cidade. O texto prevê aviso com dois dias de antecedência para podas e prazo de cinco dias para manifestações sobre remoções ou transplantes. Em casos urgentes, prazos podem ser dispensados.

Saúde sob negociação

Sindicatos e trabalhadores da saúde vinculados ao INTS discutiram na Câmara de São Paulo, na terça-feira (10), o risco de demissões e cortes salariais em Santo Amaro e Cidade Ademar. A assembleia tratou da transição do contrato de gestão da rede local do SUS. O sindicato dos enfermeiros pediu mediação ao Ministério Público do Trabalho.

Ação contra diabetes

A Câmara Municipal de São Paulo realizou na terça-feira (10/11) uma ação gratuita de prevenção e rastreamento do diabetes. A iniciativa, idealizada pelo vereador Thammy Miranda (PSD), teve como objetivo ampliar o acesso da população a informações sobre a doença e ainda incentivar a busca por avaliação para o diagnóstico precoce.

Rios e Ruas em pauta

A Câmara Municipal de São Paulo sediou o encerramento das Expedições Rios e Ruas de 2026. O calendário do projeto previu dez passeios gratuitos, a pé ou de bicicleta, para mostrar à população rios e córregos por várias regiões da capital. A primeira expedição percorreu a bacia do Rio Pinheiros. A vereadora Renata Falzoni apoiou o projeto.

MOZART GOMES / CÂMARA MUNICIPAL DE SP



Ricardo Mello Araújo (PL), pediu ao Ministério Público que apure

Vice-prefeito de SP aciona MP por verba da Virada Esportiva

Pedido lista 12 entidades procuradas e R$ 21,2 milhões em acordos firmados

Da **Redação**

O vice-prefeito de São Paulo, Mello Araújo (PL), pediu ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) que apure possíveis irregularidades nas parcerias da Virada Esportiva de 2026. A representação foi encaminhada na terça-feira (10) e questiona a contratação e a execução de serviços que somam cerca de R$ 21,2 milhões. Os acordos foram firmados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Segundo o documento, a equipe do vice-prefeito não encontrou seis atividades nos locais em que estavam previstas. O gabinete visitou endereços informados por organizações contratadas e relatou que 12 delas não foram localizadas. As parcerias com essas entidades somavam R$ 15,78 milhões entre valores pagos e repasses previstos, cerca de três quartos do total empenhado para o evento.

As visitas ocorreram entre outubro e novembro. Em parte dos endereços cadastrados como sedes, a equipe encontrou residências, comércios e templos religiosos. Uma das entidades citadas na representação tinha uma parceria de R$ 5,39 milhões para a gestão do evento e informou como sede um imóvel residencial em Perdizes, na zona oeste, segundo o gabinete.

O vice-prefeito também questionou uma parceria de R$ 1,67 milhão para atividades da Arena Praia. O documento estimou em R$ 72 mil o custo de mercado da locação de 20 caiaques e dez pranchas de stand-up paddle. A estimativa se refere aos equipamentos, enquanto o valor da parceria abrange a programação da arena.

A representação pede a abertura de um procedimento de investigação e a análise de medidas cautelares, entre elas o bloqueio de bens para eventual ressarcimento. O documento solicita ainda a íntegra dos processos administrativos, extratos bancários das parcerias e comprovantes das despesas. Mello Araújo disse que também encaminharia o material à Controladoria-Geral do Município e ao prefeito Ricardo Nunes (MDB).

A Prefeitura informou em resposta que vai apurar os apontamentos e afirmou que as atividades náuticas ocorreram em quatro locais da cidade, com registros públicos. A secretária de Esportes e Lazer, Érika Coimbra, rejeitou a suspeita de desvio de recursos. Nesta quarta-feira (11), Nunes afirmou que o vice deveria ter consultado a secretaria.